



## **recomendação** Preponderância devida à literacia financeira em contexto escolar

### *Considerando que:*

A liberdade individual e a igualdade de oportunidades são essenciais para o desenvolvimento sustentado e inclusivo dos indivíduos e da sociedade. Para que essa liberdade e igualdade sejam efetivas e reais é essencial capacitar as pessoas para o exercício da sua autonomia, atribuindo-lhes os instrumentos necessários para identificar as opções entre as quais podem escolher e para comparar os seus custos, benefícios e riscos, que muitas vezes não são imediatos e se estendem no tempo. Esta é a base para tomadas de decisão promotoras do seu bem-estar.

Este racional aplica-se igualmente no contexto financeiro, sendo fundamental que as pessoas tenham literacia financeira, isto é, que tenham o conhecimento e a compreensão dos conceitos e riscos financeiros, assim como as competências, motivação e confiança para aplicar esse mesmo conhecimento na tomada de decisões eficazes em contextos financeiros para melhorar o bem-estar financeiro individual.

Nas últimas décadas, têm sido várias as tendências que sublinham a importância da literacia financeira:

- O mundo financeiro tornou-se mais complexo, com uma oferta crescente de produtos financeiros diferenciados, incluindo pela via digital, que introduzem novos desafios, oportunidades e fatores de risco.
- As decisões financeiras são mais frequentemente tomadas de forma individual sem intermediação de instituições financeiras, colocando as pessoas no centro dessas decisões e concentrando os riscos relativos à poupança e investimento nas mesmas.
- A evolução demográfica e o envelhecimento da população exercem maior pressão nos sistemas de segurança social, que pode ser mitigada por uma aposta em sistemas de poupanças pessoais, mas que exige mais conhecimento e responsabilidade individual.
- Os choques – de natureza financeira ou de outra – têm colocado pressão nos orçamentos familiares e públicos, sendo essencial que as respostas de ordem financeira sejam informadas uma vez que têm um impacto duradouro, quer nas famílias quer na sociedade.

A crescente importância da literacia financeira não tem sido acompanhada por uma adequada capacitação da população. Diversas fontes mostram que a população dos países desenvolvidos tem, em média, baixos níveis de literacia financeira.



Em Portugal, a situação é particularmente gravosa e o problema não é de agora: em 2014, num inquérito realizado pela Standard & Poor's, Portugal surgiu como o segundo país com piores níveis de literacia financeira entre os países desenvolvidos, apenas à frente da Roménia. Apenas 26% dos portugueses conseguiram responder acertadamente a questões relacionadas com conceitos financeiros básicos [1].

Mais recentemente, em 2023, nove anos depois, Portugal continuava a aparecer como um dos países da União Europeia (UE) com menores níveis de literacia financeira. De facto, é o país da UE onde uma menor percentagem da população apresenta níveis elevados de literacia financeira (11%, versus 18% na média da UE); 71% tem um nível médio e 19% um nível baixo [2].

Em resposta à pertinência de promoção a literacia financeira, Portugal integra a "Rede Internacional de Educação Financeira" [3] e desenvolveu, desde 2011, o Plano Nacional de Formação Financeira [4] – um projeto de médio e longo prazo, criado em 2011 pelos três supervisores do setor financeiro (Banco de Portugal; Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários). Este Plano tem como objetivo aumentar a literacia financeira da população em geral e, para tal, trabalha em conjunto com entidades que potenciam a capilaridade da sua atuação (escolas, empresas, autarquias, etc.) e desenvolveu um conjunto de atividades e documentos relevantes: referenciais de Educação e Formação Financeira (ensino pré-escolar, ensino básico e secundário, adultos, empresas); um programa de formação de professores; vários conteúdos pedagógicos; a semana da formação financeira; um site para divulgação de conteúdos e formação à distância; inquéritos à literacia financeira dos portugueses e das empresas. Atualmente, o Plano está a executar a estratégia plurianual 2021-2025.

Apesar de todas estas atividades, as entidades responsáveis pelo Plano reconhecem que o mesmo não tem conseguido a escala pretendida nem chegar a alguns públicos-alvo. É especialmente preocupante que o indicador global de literacia financeira medido a cada 5 anos no âmbito do Pacto tenha diminuído, de 68,3 em 2015 para 61,7 em 2020.

Todos estes dados apontam para a importância de promover a literacia financeira no sentido de os portugueses gerirem o seu orçamento da melhor forma, desenvolverem hábitos de poupança, criarem hábitos de precaução, recorrerem responsabilmente e adequadamente ao crédito e tirarem o partido possível das oportunidades do mercado financeiro. Tal como nos restantes investimentos em educação e formação, é mais eficiente que se faça o mais cedo possível, tendo em conta os restantes conhecimentos e nível de maturidade dos jovens.



Em Portugal, a educação financeira foi integrada no currículo escolar a partir de 2018/2019 como tema obrigatório em pelo menos dois dos três ciclos do ensino básico no âmbito da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, tendo como base o Referencial desenvolvido pelo Plano Nacional de Formação Financeira. O domínio tem o nome de "Literacia financeira e educação para o consumo". No entanto, há margem para tornar a educação para a literacia financeira mais presente e conseqüente no ensino português.

Em 2018, foi avaliada a literacia financeira dos alunos de 15 anos no Programme for International Student Assessment (PISA) [5]. Os resultados revelam que Portugal está abaixo da média na percentagem de alunos que afirmam receber formação sobre este tema na escola. Tendo em conta a correlação positiva entre a exposição ao tema na escola e o nível de literacia financeira dos alunos, há margem para aumentar a literacia financeira se se garantir uma maior e mais prolongada exposição a temas de literacia financeira na escola.

A literacia financeira é uma área transversal e com implicações ao longo de toda a vida dos jovens. Isto é particularmente relevante no ensino secundário por ser nesta fase que os alunos estão mais perto de tomar decisões de natureza financeira. Além disso, aspetos elementares da literacia financeira devem ser incluídos no currículo formal do ensino básico para que todos os alunos estejam expostos aos mesmos independentemente das escolhas vocacionais que façam no ensino secundário.

Estudos internacionais indicam que um maior nível de literacia financeira está associado a maiores níveis de poupança, maior probabilidade de planeamento e poupança para a reforma, maior diversificação de carteira de ativos, maior consciência no pedido de empréstimos e melhor alocação de recursos financeiros ao longo da vida. Assim, o investimento na literacia financeira nas escolas portuguesas será uma aposta ganha com impactos duradouros e a diversos níveis, que se consubstanciam na capacitação e maior bem-estar das pessoas e no crescimento e desenvolvimento económico do país.

Um resultado consensual nos vários inquéritos é que a literacia financeira tende a ser menor em grupos da população mais desfavorecidos, com menores rendimentos, com menor escolaridade e entre as mulheres. Assim, a promoção da literacia financeira, em especial durante a escolaridade obrigatória, é igualmente uma aposta ganha em termos de equidade, inclusão e mobilidade social.



### ***E ainda que:***

- A Junta de Freguesia do Parque das Nações pretende promover e executar projetos de educação, no âmbito das suas competências, designadamente de acordo com o exposto nas alíneas c), d), e), f), g), h), i) e k) do nº2 do artigo 7º e alínea i), j), m), n) e v) do artigo 16º ambos do RJAL;
- Nos termos do artigo 23º do RJAL constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as freguesias, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente da Educação, ensino e formação profissional e tempos livres e desporto;
- Nos termos do disposto do artigo 116º e seguintes do RJAL, as delegações de competências podem ter como objetivo o desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular, uma oferta educativa e formativa gratuita, de inscrição facultativa e que é desenvolvida durante o ano letivo. Garante uma diversidade de atividades de cariz lúdico e cultural, de complemento ao currículo e de ocupação útil nos tempos não letivos;
- No exercício das competências delegadas pelos contratos de delegação de competências das AECS, compete à Junta de Freguesia do Parque das Nações assegurar a frequência nas AEC a todos os alunos matriculados no estabelecimento de ensino onde estas se desenvolvem, e garantir a participação e colaboração do agrupamento de escolas na organização, planificação e supervisão pedagógica das atividades.
- As crianças das AEC nas três escolas públicas da freguesia receberam já em Março de 2024 algumas ações de sensibilização sobre higiene oral, promovidas pela JFPN. As crianças receberam um kit com uma amostra de dentífrico de criança, um diploma e um folheto educativo. A iniciativa contou com o apoio da CUF e das farmácias Gare do Oriente e Expo Sul.

### ***Face ao exposto, no intuito de garantir a preponderância devida à literacia financeira em contexto escolar, o autarca da Iniciativa Liberal propõe ao executivo:***

- A promoção de atividades extra-curriculares - em colaboração com entidades especializadas - que visem elevar o nível de conhecimento e de literacia financeira nas crianças e jovens que frequentam as escolas públicas na freguesia cuja competência das AECs seja da Junta de Freguesia do Parque das Nações